Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL N° 4860/2016 – Institui normas para regulação do transporte rodoviário de cargas em território nacional e dá outras providências.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N° 4860, DE 2016

Institui normas para regulação do transporte rodoviário de cargas em território nacional e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o artigo 59 do substitutivo.

JUSTIFICATIVA

O ATIT estabelece regra diferente da proposta e a sua alteração deve ser consenso entre todos os países signatários do Acordo. Há aqui uma afronta à hierarquia da lei. A proposta está em desacordo com o que determinada o ATIT, obrigar que a empresa estrangeira a se registrar na ANTT. A empresa estrangeira repassa seus dados ao Governo brasileiro, obtém uma Licença Originaria em seu país e nomeia representante no Brasil, que providencia uma Licença Complementar. A ANTT trata apenas de procedimentos processuais incluindo em seu banco de dados a empresa frota habilitada apenas para fins de controle. Esse tratamento é idêntico nos 7 países signatários do ATIT. O Brasil outorgará a empresa estrangeira, conforme solicitação desta e do Organismo Nacional Competente de Aplicação do ATIT, a Licença Complementaria com o objetivo de tornar efetiva a reciprocidade.

Assim, caberá aos Organismos Nacionais de aplicação do ATIT a condição de definir, de acordo com o cenário econômico naquela ligação bilateral, a necessidade ou não de abrir sem descaracterizar o transporte internacional conforme estabelece o ATIT.

Sala da Comissão, em de novembro de 2017.

VANDERLEI MACRIS
DEPUTADO FEDERAL – PSDB/SP